

O CRESCIMENTO ECONÔMICO E A PERMANÊNCIA DO SISTEMA-MUNDO MODERNO-COLONIAL:

A cidade muda para permanecer a mesma - “o de cima sobe e o de baixo desce”¹

Avance de investigación en curso

Grupo de Trabalho N°7
Desenvolvimento territorial e local: desigualdades e descentralização

Kelly Regina Santos da Silva
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
(PRODEMA/UFPE), bolsista CAPES – kellyreginas@gmail.com

Resumo

Ao longo dos últimos anos, a cidade do Recife tem sido marcada pela construção de grandes empreendimentos comerciais, imobiliários e empresariais e, junto a esses empreendimentos chegam também às expectativas e o discurso muito fortalecido de que a cidade entra em um momento histórico de plena modernização, tratando-se da chegada de um “Novo Recife”. O presente estudo traz à baila reflexões sobre alguns territórios de Recife, que tem vivenciado um cotidiano de especulação imobiliária em decorrência de grandes empreendimentos construídos, a exemplo do Centro Comercial Shopping RioMar. Trata-se de um complexo de obras que, somadas às obras já finalizadas em anos recentes, apontam para mudanças socioespaciais alicerçadas no modelo de crescimento econômico e na lógica de cidade empreendedora.

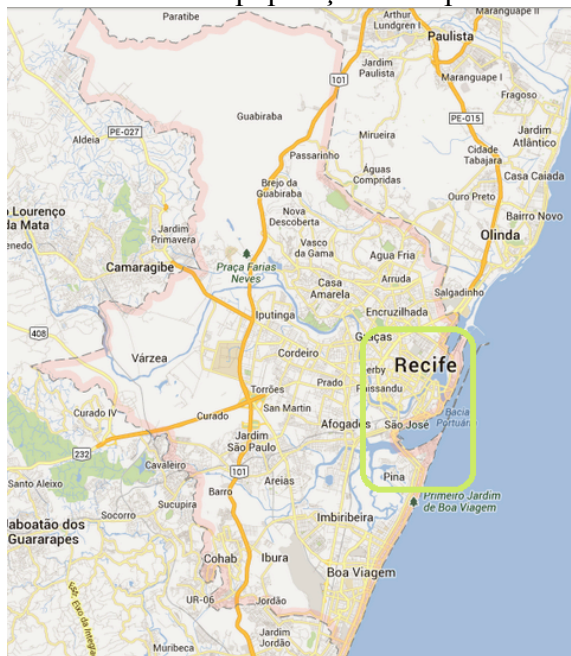
¹ Fragmento da música: *A cidade*, composição de Chico Science. O presente estudo faz parte de pesquisa ainda em curso no Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/UFPE, desenvolvida sob a orientação da Profa. Dra. Edvânia Tôres Aguiar Gomes.

O CRESCIMENTO ECONÔMICO E A PERMANÊNCIA DO SISTEMA-MUNDO MODERNO-COLONIAL:

A cidade muda para permanecer a mesma - “o de cima sobe e o de baixo desce”

1. “E a cidade se apresenta centro das ambições”²... Recife o espaço analisado

Recife é a capital do estado de Pernambuco, em 2012 o IBGE registrou uma população de 1.555 milhões de habitantes. A Região Metropolitana de Recife (RMR) que compreende 14 municípios contabiliza uma população de aproximadamente 3.743.854, o que faz com que Recife seja a 6ª metrópole mais populosa do Brasil.



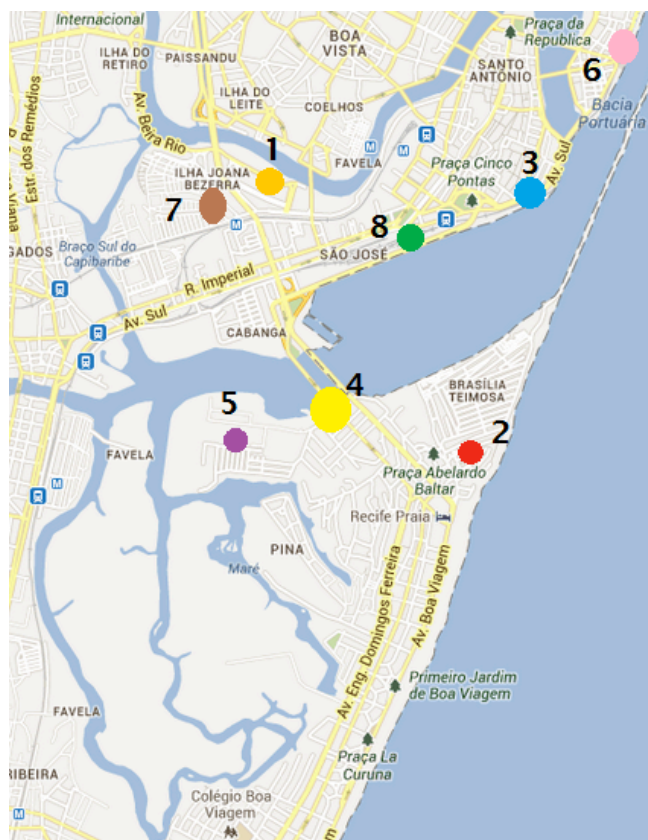
A região a ser analisada se situa em parte da Zona Sul e da região Central da cidade (Figura 1), dando conta de uma junção de bairros e diversas comunidades, com condições de existências distintas. De um lado observa-se, a cidade que tem garantida a urbanização, saneamento, pavimentação, infraestrutura, segurança, e do outro, uma cidade precária, sem condições básicas de existência, que se ressentida da garantia e efetivação do Direito à Cidade.

Figura 1 – Cidade do Recife - com destaque para as áreas com construções de grandes empreendimentos a serem detalhados na figura 2. Fonte: googlemaps – 2013.

Sob esse aspecto, Maricato (2007) ressalta que as desigualdades sociais e a disputa pela terra, por um lado, são heranças de séculos de dominação externa, e por outro, internamente observa-se a herança patrimonialista, prevalecendo às formas de dominação interna, também percebidas sob a forma de coronelismo, fazendo com que “uma proporção maior ou menor da população urbana, dependendo de cada país, é excluída do direito à cidade e busca acesso à moradia por meio de seus próprios e precários recursos.” (MARICATO, 2007, p. 60).

A partir da figura 2, é possível observar algumas obras já concluídas, pontos 1, 2, 3 e 5, e outras em processo de construção, dos pontos 4, 6, 7 e 8. Obras que tem provocado às reconfigurações socioespaciais da cidade e indicam, em certa medida, uma mercantilização do espaço urbano de Recife, sob o argumento da necessidade de modernizar não só o Centro da cidade, mas o entorno de alguns bairros provocando de imediato, processos de especulação imobiliária e remoção forçada dessas populações.

² Fragmento da música: *A cidade*, composição de Chico Science.



- 1 Fórum Rodolfo Aureliano
- 2 Empresarial do Grupo JCPM
- 3 Tôrres Gêmeas na Zona portuária
- 4 Construção da Via Mangue
- 5 Shopping RioMar
- 6 Projeto Novo Porto
- 7 Nova Sede da Ordem dos Advogados do Brasil
- 8 Projeto Novo Recife

Figura 2 – Localização de empreendimentos e obras na área estudada.

Fonte: googlemaps – 2013

Observa-se a permanência da lógica capitalista sobre o espaço, especialmente no que concerne à relação sociedade-natureza e à hegemonia do poder econômico na definição dos espaços urbanos, no sistema-mundo moderno-colonial “[...] que é um mundo cada vez mais interdependente – sistema-mundo, mas cuja interdependência está organizada com base num sistema de relações hierárquicas de poder – moderno-colonial” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 25), que tem como uma das consequências a negação das escalas locais em detrimento desse ideal globalizante moderno, em outras palavras, é a valorização global e a desvalorização local, sendo este percebido como limitado e portando, seriam legítimas ações que ajudassem a superar suas limitações. É mais uma vez a expansão do capitalismo revestida de uma aura civilizatória, tendo como principais marcas o genocídio, etnocídio e o epistemicídio (PORTO-GONÇALVES, 2012; SOUZA SANTOS, 2002).

Um dos desafios aqui levantados diz respeito à transformação socioespacial dessas localidades, a qual em muito se assemelha, também a processos de gentrificação, encontrado nas reflexões de Otília Arantes (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2012), consistindo ao retorno burguês à localização central das cidades. O que, tem “[...] o sentido original de invasão e reconquista, inerente ao retorno das camadas afluentes ao coração das cidades.” Tornando mais espaços urbanos aburguesados e afastando os grupos sociais empobrecidos do entorno. São projetos que, pelas forças ideológicas, fabricam consensos e aparecem como salvação do que outrora enfeavam a cidade: “[...] o que importa nisto tudo é sempre determinar quem sai e quem entra, só que agora se trata de uma apropriação do espaço legitimada [...]” (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2012. p. 31).

2. *Relações de poder e acesso à terra: breve compreensão histórica*

O território, compreendido como “[...] extensão apropriada e usada” (SANTOS e SILVEIRA, 2008, p. 19), não pode ser observado de forma estática. O território é formado e transformado ao longo da história, sendo necessário um olhar através do qual seja possível observar as diversas formas de uso e ocupação do território ao longo da história, formas atuais e as heranças deixadas pelos períodos anteriores.

Sendo uma formação e transformação humana, o território é um espaço de disputas políticas, econômicas e sociais a partir das quais são refletidas as relações de poder, historicamente estabelecidas. No que diz respeito à realidade brasileira, não podemos deixar de ressaltar que a nossa constituição territorial, se deu de forma autoritária, marcada principalmente pelo processo colonial e de ampliação do capitalismo. Seguindo a perspectiva da periodização como forma de “fazer a nação falar pelo território” (SANTOS e SILVEIRA, 2008, p. 27), bem como, compreender as relações de poder nele inseridas, nos aportaremos na perspectiva de Santos (2012), sobre os sistemas técnicos e reprodução do sistema de produção capitalista.

De acordo com Santos (2012), o ser humano se relaciona com a natureza através da técnica, esta compreendida como: “conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço.” (2012, p. 29). Do ponto de vista da transformação da relação sociedade e natureza no processo de construção do sistema-mundo moderno-colonial, destacamos a perspectiva de periodização realizada por Porto Gonçalves (2012), a partir da qual o autor destaca quatro fases ou processos da globalização e de ampliação do capitalismo.

Aqui, vale destacar que, muito embora na periodização da cada fase/processo, o autor delimite um período, observa-se que todas elas se encontram também nos dias atuais, não sendo momentos estáticos, mas que se relacionam. Para a nossa análise destacamos a primeira fase, tornando possível perceber os resquícios e as formas consolidadas de acesso desigual aos territórios que faz com que, até os dias atuais muitas comunidades ainda sejam expulsas de seus lugares, remetendo aos processos coloniais de dominação do espaço e da natureza em nome da ampliação do capitalismo.

Trata-se do colonialismo e a implantação da moderno-colonialidade (séc. XV-XVI ao século XVIII), que é marcado pela apropriação da América, sendo possível datar também como o início da globalização. Muito embora, nesse processo, seja enfatizada a expressão mundo moderno, o autor observa ser necessário ampliar o olhar para o sentido mais abrangente que concerne a um sistema-mundo que até os dias atuais é vivenciado, e seus padrões fortalecidos, tendo como protagonista da racionalidade colonial, não só a Europa, mas o mundo como um todo.

Este processo significou a exploração e o genocídio de povos e populações, culturas e dominação da natureza sob o forte argumento de razões naturais de superioridade e inferioridade de determinadas raças, deste modo, “A modernidade europeia inventou a colonialidade e a racialidade ‘base da escravidão moderna’ e, assim, essa tríade - modernidade – colonialidade – racialidade - continua atravessando até hoje, as práticas sociais e de poder.” (Ibidem, 25). Nesse processo, dois elementos foram favoráveis ao desenvolvimento dos negócios e dos negociantes e a consequente exploração dos recursos naturais: o primeiro diz respeito à apropriação do conhecimento vindo do oriente, e o segundo, o desenvolvimento de técnicas de navegação.

Quijano (2005) destaca dois processos históricos afluíram para que o capitalismo colonial/moderno produzisse o seu padrão de poder. O primeiro situa-se na ideia de raça inferior e superior, ou seja, conquistados e conquistadores, aportada na ideologia de inferioridade natural, “[...] associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho.”, e completa: “essa colonialidade do controle do trabalho determinou a distribuição geográfica de cada uma das formas integradas no capitalismo mundial. Em outras palavras, determinou a geografia social

do capitalismo [...]” (QUIJANO, 2005, p. 2). A outra se situa na divisão e controle do trabalho, e a consequente dominação dos recursos e de seus produtos com vista ao capital e ao mercado mundial.

No que concerne ao contexto atual, destacamos a fase descrita pelo autor como a quarta fase, que consiste na globalização neoliberal ou período técnico-científico-informacional (SANTOS, 2012; PORTO GONÇALVES, 2012). Alguns elementos ganham destaque neste período, o primeiro deles é a atenção dada para a dinâmica territorial, compreendendo o território como uma “[...] uma categoria analítica que nos remete à inscrição da sociedade da natureza e, assim, nos obriga a considerar as relações sociais e de poder que estão imbricadas na relação das sociedades com a natureza.” (PORTO GONÇALVES, 2012, p. 38). O outro aspecto é a ênfase dada à problemática ambiental que ganha espaço na análise pautada a partir do território e das diversas territorialidades.

Este período é marcado pela estreita relação entre técnica e ciência. Se por um lado essa interação é amparada pelo mercado, é a partir dela que o mercado se torna global, sendo assim:

A ideia de ciência, a ideia de tecnologia e a ideia de mercado global devem ser encaradas conjuntamente e desse modo podem oferecer uma nova interpretação à questão ecológica, já que as mudanças que ocorrem na natureza também se subordinam a essa lógica. (SANTOS, 2012, p. 238).

Adentra-se a um contexto de “tecnocosmo”, a partir do qual a natureza natural é paulatinamente substituída pela natureza artificial, ocorrendo, segundo o autor, uma cientificização e tecnicização da paisagem, que são transformadas a fim de atender as grandes demandas da modernização e os interesses dos agentes da hegemonia política e econômica. Nesse interim, o aumento dos capitais fixos (a exemplo de estradas e pontes) e de capitais constantes (a exemplo de maquinários e veículos), caminha junto à necessidade do aumento de fluxos financeiros.

A financeirização generaliza a ideologia de que o mercado será a salvação, tornando a visão equivocada sobre os reais impactos desse modelo de crescimento financeiro e a supressão da natureza natural, perpetuando cada vez mais o processo de dependência e colonialismo, faz observar que,

[...] o colonialismo e o imperialismo não deixam de existir sob a globalização neoliberal. A colonialidade do poder tem na dívida externa e nas políticas de ajustes, recomendadas pelos organismos internacionais, seu principal instrumento de dominação política nos dias que correm. (PORTO GONÇALVES, 2012, p. 47).

Desse modo, as mudanças na relação sociedade e natureza no espaço vivido, devem ser tão ressaltadas quanto às mudanças sociológicas, econômicas e culturais ocorridas ao longo da história. Dialeticamente, o território conta sua história através das respectivas transformações realizadas pelos sistemas técnicos que, como materialidade, indicam os modos de organização e regulação de cada época, bem como, demonstram como esses sistemas se relacionam e divergem entre si ao longo da história. É a partir do olhar sobre os sistemas técnicos que pode-se observar as hierarquias estabelecidas historicamente entre os territórios e consequentemente a divisão territorial do trabalho e as forças externas políticas e econômicas que configuram essas apropriações e usos.

Consequentemente, aponta-se a diferenciação socioespacial como algo historicamente construído, sendo uma das implicações da divisão social e territorial do trabalho. Nesse sentido, concordando com Sposito, “Não há cidades sem divisão social do trabalho, o que pressupõe sempre uma divisão territorial do trabalho” (SPOSITO, 2012, p. 124). Em outras palavras, segundo Santos e Silveira (2008, p. 21), “A divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e redefine a cada momento a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições”.

3. *A cidade como mercadoria: cidade empreendedora*

Neste tópico iniciaremos a nossa reflexão com Boaventura de Sousa Santos, quando afirma que “O Estado capitalista é uma relação social” (2008, p, 24) e como tal, faz parte do processo de dominação e acumulação capitalista, muito embora se afirme exterior a ele. O Estado, a partir de suas articulações, perpetua o modo de produção capitalista o qual possui como principal elemento as relações de exploração, “enquanto extração da mais-valia através da propriedade não socializada dos meios de produção e do uso da força do trabalho apropriada no mercado mediante contrato entre cidadãos juridicamente livres” (Ibidem, p. 24).

À luz de David Harvey (2005) destacamos a reorientação de posturas sobre as governanças urbanas nos países de capitalismo avançado nas décadas de 70 e 80, a fim de recolocar o debate para as condições atuais. Trata-se de uma mudança de paradigma a partir da qual se encontra a transição de uma gestão administrativa a uma governança empreendedora. Mesmo não estando claro nos dizeres do autor o que seria conceitualmente cada modo de gestão, é possível alinhar a gestão administrativa à uma gestão preocupada com o coletivo, a partir da qual, o papel do Estado seria regulatório.

Por outro lado, governança empreendedorista, muda a própria função do Estado, de regulador a um Estado empreendedor e protagonista no processo de desenvolvimento econômico, sendo um dos agentes desse desenvolvimento, agora não mais preocupado com o todo, mas, com territórios estratégicos a serem focos de atenção e investimentos. No mesmo caminho, é possível afirmar que a visão da cidade empreendedorista associa-se à perspectiva do planejamento estratégico, abordada por Calos Vainer, uma vez que parte da perspectiva de que as cidades devem ser administradas como as empresas, pela crença de que estão submetidas às mesmas condições e desafios, desse modo, planejar a cidade segue a mesma lógica de um planejamento empresarial (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2012).

Na perspectiva da governança empreendedora o ponto de partida é que a cidade é uma mercadoria, um agente por si mesma, sendo possível administrá-la como uma empresa, “[...] esta cidade, que saiu da forma passiva de objeto e assumiu a forma ativa de sujeito, ganha uma nova identidade: é uma empresa” VAINER (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2012. p.83), sendo possível afirmar que:

[...] transformada em coisa a ser vendida e comprada, tal como a constrói o discurso do planejamento estratégico, a cidade não é apenas uma mercadoria, mas também, e, sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, visitantes e usuários solváveis. (Ibidem, p. 83)

Deste modo, imediatamente o sentimento eufórico de uma cidade que cresce é transformado e acolhido, por parte da população através de uma fábrica de consensos formada pelas mais diversas coalizões de forças políticas, econômicas e de comunicação, todas com um leque de interesses bem definidos nesse projeto empreendedor. O consenso é condição necessária e por meio do discurso é possível unificar a cidade, garantindo o êxito de um plano estratégico desenvolvimentista, “[...] sem consenso não há qualquer possibilidade de estratégias vitoriosas. O plano estratégico supõe, exige, depende de que a cidade esteja unificada, toda, sem brechas, em torno ao projeto.” (Ibidem, p. 91).

Sob esse aspecto, a ideologia, compreendida como, “[...] um conjunto de representações pelas quais os homens se relacionam com suas condições de existência.” (GARCIA, 2006, p. 24), tem um papel fundamental na manutenção de visões hegemônicas de mundo, bem como, na dominação dos sentidos. Aliada com o elemento da prosperidade proporciona o funcionamento do plano de

desenvolvimento meramente econômico da cidade, garantindo uma opacidade diante do progresso econômico que aparece como Deus ex machina, capaz de resolver os diversos problemas sociais, econômicos, ambientais, entre outros (SOUZA, 2011).

Harvey (2005) observa algumas características fundamentais da governança empreendedora e aqui destacamos duas:

a) Parceria Público Privada, sendo está uma consequência lógica do sistema capitalista, “[...] em que a iniciativa tradicional local se integra com o uso dos poderes governamentais locais, buscando e atraindo fontes externas de financiamento, e novos investimentos diretos ou novas fontes de emprego” (HARVEY, 2005, p.172). Nas palavras de Vainer, ao tratar do planejamento estratégico, “a parceria público-privada assegurará que os sinais e interesses do mercado estarão adequadamente presentes, representados, no processo de planejamento e de decisão.” (2012, 87). No presente estudo, é possível ilustrar a Parceria Público Privada, a partir das inúmeras falas da gestão pública municipal e estadual em favor do Shopping RioMar.

Nota-se o empenho e apoio até mesmo pelo número de visitas à obra realizadas pelo Prefeito da Cidade, à época, João da Costa e pelo Governador Eduardo Campos, que em visita às obras do Shopping RioMar, afirmou: “É uma das maiores obras do Nordeste hoje. Qualquer capital do Brasil gostaria de ter um shopping como este!” (EDUARDO..., 2012). No que concerne às obras do entorno – que compreende a construção da Via Mangue com uma laça viária que leva diretamente ao estacionamento do Shopping - que garantem o acesso ao Shopping, à gestão municipal sempre negou a relação entre um projeto e outro, chegando a afirmar que:

A Via Mangue acontecerá independente deste projeto, mas o shopping já consolida isto, já é uma prova de que a obra viária vai atrair novos empreendimentos, por pensar a mobilidade da cidade. Por isto, temos que pensar em empreendimentos deste porte. No caso, Pernambuco começa a pensar grande. (JOÃO da Costa..., 2010).

Já a afirmação do empresário João Carlos Paes Mendonça não deixa dúvida em relação à parceria, que só tem dado certo: “Esse apoio é fundamental, pois, sem ele, não seria possível realizarmos a pavimentação das ruas do entorno, nem tampouco mudar as famílias do local para efetuar a obra.” (JOÃO da Costa..., 2011b, grifo nosso). A parceria nesse cenário passa a ser personificada na pessoa do prefeito, perdendo mais uma vez o caráter de gestão pública.

b) A segunda característica que destacamos da teoria do Harvey, diz respeito à atuação localizada e a lógica da fragmentação do lugar. Não é a cidade, mas os lugares dessa cidade capazes de receberem investimentos que passam a importar. É a economia do lugar e não da cidade, do território como um todo. Desse modo, pode ser ressaltada como exemplo a criação do Projeto Polo Jurídico³, em processo de readequação por parte da gestão municipal atual de Recife. A realização desse projeto a partir da instalação de edifícios empresariais que abrigaram instituições jurídicas do município e do estado, já vem trazendo consequências negativas para algumas comunidades do entorno, a exemplo do Coque.

A perspectiva de criação de localidades de valorização pode ser confirmada por uma fala do à época Prefeito da Cidade, mas que continua valendo para nossa reflexão, diz ele: “A revitalização do Recife Antigo, a consolidação da Ilha do Leite e o RioMar, juntos, deverão ser o grande centro moderno da Região Metropolitana do Recife e até da Região.” (JOÃO DA COSTA..., 2011a) (grifo nosso). Sob esse aspecto, trazemos a baila a reflexão de Milton Santos, concordando com o autor quando coloca que,

³ Representado na Figura 2, nos pontos 1 e 7.

[...] a ideologia do crescimento entra como uma parte importante nas decisões de investimentos dos poderes públicos. A necessidade sentida por uma equipe governamental de 'preparar o terreno' para a chegada de novas indústrias é, no final, aceito pelo povo como um comportamento inteiramente razoável. Sobretudo porque maior parte das pessoas são tranquilizadas pelos famosos índices de aumento do produto nacional. (SANTOS, 2004, p. 172).

Desse modo, Harvey resume o modelo de governança urbana afirmando que:

Normalmente o novo empreendedorismo urbano se apoia na parceria público-privada, enfocando o investimento e o desenvolvimento econômico, por meio da construção especulativa do lugar em vez da melhoria das condições num território específico, enquanto seu objetivo econômico imediato (ainda que não exclusivo). (HARVEY, 2005, p.174)

A partir dos dois pontos aqui destacadas (Parceria Público Privada e o que poderíamos chamar de fragmentação estratégica) os governos locais acionam algumas estratégias para garantir a sua forma de governança empreendedora em uma condição de disputa, necessariamente presente. Do Harvey (2005) destacamos a divisão espacial do consumo com a criação de estruturas com *designers* que seguem os padrões hegemônicos da globalização-modernização, oferta de serviços que favorecem a qualidade de vida, a exemplo do entretenimento:

[...] valorização de áreas urbanas degradadas, a inovação cultural, a melhoria física do ambiente urbano (incluindo a mudança para estilos pós-modernistas de arquitetura e design urbano), atrações para consumo (estádios esportivos, centros de convenção, shopping centers, marinas, praças de alimentação exóticas) e entretenimento (a organização de espetáculos urbanos em base temporária ou permanente)... Acima de tudo, a cidade tem de parecer um lugar inovador, estimulante, criativo e seguro para se viver ou visitar, para divertir-se e consumir (HARVEY, 2005, p. 176).

Nesta estratégia evidencia-se a inovação urbana, a estética dessa nova cidade e o que ela tem a oferecer (mesmo que seja apenas pela força do discurso). Desse modo, a cidade mais que um espaço vivido, é uma imagem, um lugar a ser consumido.

À luz de Ermínia Maricato (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2002), é possível refletir que o que predomina no planejamento urbano é a ótica da modernidade ou modernismo, resultado da importação dos padrões de planejamento urbano dos países do centro do capitalismo, que funcionou na manutenção das cizânias sociais, garantindo a chegada da modernidade apenas para uma parte da população. Modelo esse que vem funcionando como um instrumento eficaz de dominação, resultando sempre em cidades segregadas, cujo resultado final se expressa nas várias cidades em uma só cidade, sendo uma cidade oficial, formal ou legal, e outra a marginalizada por não representar a modernidade. Esse processo de modernização das cidades é incompleto e excludente.

Nesse sentido, o dilema do arcaico e do moderno tem uma relação intrínseca ao se tratar de planejamento urbano, quando, logo de início, se observa que as comunidades periféricas não são categorizadas como modernas. Tampouco, são encontrados meios de garantir o Direito à Cidade para essa população, tendo em vista que representa, de certa forma, o olhar sobre o que deve ser ocultado, evidenciando a necessidade, observada em vários momentos da história, de camuflar as periferias, populações, grupos que não dialogam com os padrões de vida trazidos pelo ideal modernizante de

mundo. Na luta dualista, contudo, de tamanha complexidade, o Estado tem seu campo de defesa bem definido, mostrando cada vez mais que o Estado não é coletivo, é privado, encontra-se a serviço do mercado, da lógica neoliberal.

4. Considerações finais

Muito embora ao longo dos últimos tenhamos motivos para festejar um quadro de ampla participação social, no que concerne ao Direito à Cidade, por se tratar, em um de seus aspectos, de uma luta histórica pelo acesso à terra, muito se tem a avançar em termos de lutas sociais.

Maricato (2011) observa que, ainda que seja inegável o quadro de conquistas⁴ obtidas pelos movimentos urbanos, muitas delas impulsionadas pelo Ministério das Cidades e pelo Conselho Nacional das Cidades, dois aspectos não podem deixar de serem evidenciados: jurisdicista e o institucional. A partir deles é possível observar a relação arbitrária de aplicação de leis no Brasil, como se a lei por si só já garantisse e efetivasse direitos e acesso a terra. Concordando com Maricato (2011) afirma-se que,

Não é por falta de leis que a maioria da população brasileira foi historicamente excluída da propriedade formal da terra, no campo ou na cidade, no Brasil. Um cipoal de leis, decretos, resoluções, registros e cadastros seguiu-se à instituição da propriedade privada da terra a partir da Lei de Terra de 1850. (MARICATO, 2011, p. 95)

E ainda completa, “Os movimentos sociais devem lutar por novos marcos regulatórios, mas devem considerar que isso está muito longe de assegurar conquistas reais.” (Ibidem, p. 95). Alguns processos, considerados participativos, contudo, pautados na hegemonia participativista ineficaz, levam a crer em uma real participação nas definições das políticas.

Contudo, faz-se necessário observar a distância existente entre documentos/discursos elaborados coletivamente, que visam garantir a democracia, harmonia e a garantia de direitos nas cidades, todos bem intencionados e bem pensados, e a aplicabilidade dos mesmos, uma vez que, reconhecemos historicamente a distância existente entre o discurso e a prática que geralmente segue uma tradição de favorecimento e manutenção do *status quo*. Assim, são leis e planos que, se não houver uma contínua participação social, não passarão de cartas de intenções.

Referências

ARANTES, O. B F. VAINER, C. B.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
 EDUARDO aplaude publicamente geração de emprego e renda do empreendimento RioMar Shopping. **Blog de Jamildo**, 7 fev. 2012. Disponível em: <<http://jc3.uol.com.br/blogs/>>

⁴ No artigo Nunca fomos tão participativos: reflexões sobre os movimentos sociais urbanos, a autora destaca como conquistas: Artigos na Constituição Federal de 1988; Lei 10.257/01; Estatuto da Cidade (2000); Medida Provisória 2.220/01; Criação do Ministério das Cidades (2003) e do Conselho Nacional das Cidades (2004); Realização de Conferências das Cidades nos anos de 2003, 2005 e 2007; O inédito Programa Nacional de Regularização Fundiária; instituição do Marco Regulatório para o Saneamento a partir da Lei Federal 11.445/07; Lei Federal 11.107 que instituiu os Consórcios Públicos; Lei Federal 11.124/05 que instituiu o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS); Campanha pelo Plano Diretor Participativo; Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da Habitação do Saneamento. (MARICATO, 2011, p. 94).

blogjamildo/canais/noticias/2012/02/07/eduardo_aplaude_publicamente_geracao_de_emprego_e_renda_do_empresendimento_riomar_shopping_125521.php>. Acesso em: 30 maio 2013.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

JOÃO da Costa visita obras do RioMar Shopping. **A Prefeitura**, 31 ago. 2011a. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/2011/08/31/joao_da_costa_visita_obras_do_riomar_shopping_178483.php>. Acesso em: 1.º jun. 2013.

JOÃO da Costa visita obras do RioMar Shopping. **Blog de Jamildo**, 31 ago. 2011b. Disponível em: <http://jc3.uol.com.br/blogs/blogjamildo/canais/noticias/2011/08/31/joao_da_costa_visita_obras_do_riomar_shopping_111150.php>. Acesso em: 30 maio 2013.

MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARICATO, Ermínia. Globalização e política urbana na periferia do capitalismo. In: RIBEIRO, Luiz César de Q; SANTOS JÚNIOR, Orlando A. dos (Org.). *As metrópoles e a questão social brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales (CLACSO), 2005. p. 227-278. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>>. Acesso em: 10 de junho de 2013.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica, espaço e tempo, razão e emoção*. 4 ed. São Paulo: Editora Universitária de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2. ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2004.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. O Estado, o direito e a questão urbana in *Invasões Urbanas: conflito de direito de propriedade*. FALCÃO, Joaquim de Arruda (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

SOUZA, Jessé. *(Não) reconhecimento e subcidadania, ou o que é "ser gente"?* Lua Nova, n. 59, p. 51-73, 2003. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/673/67313611003.pdf>>. Acesso em: 28 janeiro de 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais in *A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios*. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão.; CARLOS, Ana Fani Alessandri.; Souza, Marcelo Lopes de. (Org.). São Paulo: Contexto, 2012.